

AULÃO SUS – POLÍTICAS PÚBLICAS, CONSTITUIÇÃO DE 1988, LOS, LEI 8142/90

Na evolução do sistema de saúde no Brasil, foram elaboradas legislações específicas governamentais que “estruturaram” a formação do SUS, formando uma “linha do tempo”. Um órgão foi criado, em 1977, e fez parte do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS). Este órgão foi o grande prestador da assistência médica e funcionava às custas de compra de serviços médicos hospitalares, do setor privado. O órgão referenciado no texto é o:

- a) CAP
- b) IAP (1933 IAP dos marítimos)
- c) FUNRURAL
- d) INAMPS
- e) INSS

1- São diretrizes do SUS:

- I - Universalidade do acesso aos serviços de saúde públicos e privados conveniados.
- II- Equidade, garantindo assim a discriminação positiva com priorização dada a quem tem maior necessidade.
- III- Integralidade das ações individuais e coletivas, preventivas ou curativas.

Estão corretas:

- a) Apenas I
- b) Apenas II e III
- c) Apenas I e III
- d) Todas

2 - São competências da direção estadual do SUS, de acordo com a Lei 8.080/1990:

- I - Coordenar e participar na execução das ações de vigilância epidemiológica.
- II- Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde.
- III- Formular, executar, acompanhar e avaliar, em caráter complementar, a política de insumos e equipamentos para a saúde.
- IV- Gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I e III estão corretas.
- b) Apenas II e III estão corretas.
- c) Apenas a III está correta.
- d) Todas estão corretas.

3- Em conformidade com a Lei nº 8.080/90 - SUS, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

(---) Aplica-se aos consórcios administrativos intermunicipais o princípio da direção única. **(art. 10 da 8080)**

(---) As populações indígenas devem ter acesso garantido ao Sistema Único de Saúde (SUS), em âmbito local, regional e de centros especializados, de acordo com suas necessidades, compreendendo a atenção primária, secundária e terciária à saúde. **(Art 19 §3)**

(---) Na modalidade de assistência de atendimento e internação domiciliares, incluem-se, principalmente, os procedimentos médicos, de enfermagem, fisioterapêuticos, psicológicos e de assistência social, entre outros necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio. **(Incluído pela Lei nº 10.424/02)**

- a) C - C - E.
- b) C - C - C.
- c) E - E - E.
- d) E - C - E.

4- De acordo com a Lei nº 8.080/90 - SUS, é **INCORRETO** afirmar que:

a) Ainda que suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o SUS não poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.

- b) Os cargos e funções de chefia, direção e assessoramento, no âmbito do SUS, só poderão ser exercidos em regime de tempo integral.
- c) Os recursos financeiros do SUS serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde.
- d) A execução de ações de saúde do trabalhador está incluída no campo de atuação do SUS.

5- De acordo com a publicação do Ministério da Saúde Entendendo o SUS, sobre o SUS, analisar os itens abaixo:

I - A Porta de Entrada do sistema de saúde deve ser preferencialmente a Atenção Básica.

II - O sistema público de saúde não funciona de forma referenciada.

- a) Os itens I e II estão corretos.
- b) Somente o item I está correto.
- c) Somente o item II está correto.
- d) Os itens I e II estão incorretos.

6- Segundo a Constituição Federal, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II atendimento integral, com prioridade para as atividades curativas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III participação da comunidade.

Está CORRETO apenas o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I e II.
- e) III.

7- De acordo com a lei 8080/90, as ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) obedecem a certos princípios. No que diz respeito a eles, assinale a alternativa que traga um princípio INCORRETO.

- a) Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
- b) Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.
- c) **Priorização da assistência à saúde à população mais carente.**
- d) Integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.
- e) Capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência.

8- De acordo com a Política Nacional de Promoção da Saúde, analisar a sentença abaixo: A Política Nacional de Promoção da Saúde tem como objetivo geral promover a qualidade de vida e reduzir as vulnerabilidades e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais (1ª parte). Reconhecer na promoção da saúde uma parte fundamental da busca da equidade, da melhoria da qualidade de vida e de saúde (2ª parte).

A sentença está:

- a) Totalmente incorreta.
- b) Correta somente em sua 1ª parte.
- c) Correta somente em sua 2ª parte.
- d) **Totalmente correta.**

9- Conforme a lei 8142/90, os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) serão alocados como:

I despesas de custeio e de capital do Ministério da Saúde, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta;

II investimentos previstos em lei orçamentária, de iniciativa do Poder Legislativo e aprovados pelo Congresso Nacional;

III investimentos previstos no Plano Quinquenal do Ministério da Saúde;

IV cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal. Está CORRETO apenas o que se afirma em:

- a) I, II, III e IV.
- b) II, III e IV.
- c) I, II e III.
- d) III e IV.
- e) I, III e IV.

IGUAL A 6 10-Segundo a Constituição Federal, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II atendimento integral, com prioridade para as atividades curativas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III participação da comunidade.

Está CORRETO apenas o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I e II.
- e) III.

11- De acordo com a Constituição Federal de 1988, quais são diretrizes de organização do sistema de saúde nacional?

I Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.

II Priorização dos atendimentos à saúde nos grandes centros urbanos, no combate a epidemias.

III Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

IV Participação da comunidade. Assinale a alternativa em que as afirmativas sejam verdadeiras.

- a) Todas
- b) I, II e III
- c) I, II e IV
- d) II, III e IV
- e) I, III e IV

12- A Constituição Federal de 1988 define, em seu artigo 199, que “a assistência à saúde é livre à iniciativa privada”. Com base na Constituição, analise as afirmações expostas nas alternativas abaixo e assinale a que estiver incorreta no que concerne ao referido artigo.

a) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

b) A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

c) É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

d) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

e) A lei disporá sobre a distribuição dos recursos oriundos de impostos e arrecadações da União para o desenvolvimento de planos de saúde privados, sendo permitido apenas um percentual não superior a 1,2% da arrecadação de impostos para tal fim

13- De acordo com o artigo 1º da Lei Federal n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, são instâncias colegiadas do SUS as apresentadas na alternativa:

- a) Sistema Único de Saúde – Sistemas Municipais de Saúde.
- b) Conferência de Saúde – Conselho de Saúde.
- c) Secretarias Estaduais de Saúde – Sistema Único de Saúde.

- d) Plano Nacional de Saúde – Fundo Nacional de Saúde.
- e) Agência Nacional de Saúde – Secretarias de Saúde.

14- De acordo com o artigo 18 da Lei Federal n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, compete à direção municipal do SUS o exposto nas alternativas abaixo, excetuando-se o constante na alternativa:

- a) Instituir o Fundo Nacional de Saúde e dar as condições para a sua gerência em nível municipal e gerir a parte destinada à saúde do Fundo de Participação dos Municípios, distribuindo os recursos a quem de direito: empresas estatais que cuidem da saúde, fundações e empresas privadas participantes do SUS.
- b) Planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde.
- c) Executar serviços de vigilância epidemiológica, de vigilância sanitária, de alimentação e nutrição, de saneamento básico e de saúde do trabalhador.
- d) Formar consórcios administrativos intermunicipais.
- e) Participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde (SUS), em articulação com sua direção estadual.

15- A Portaria n. 373, de 27 de fevereiro de 2002, do Ministério da Saúde, aprova, na forma do anexo da Portaria, a NOAS SUS 01/2002, que institui o Plano Diretor de Regionalização – PDR, com os objetivos de:

I Garantir o acesso dos cidadãos, o mais próximo possível de sua residência, a um conjunto de ações e serviços vinculados às responsabilidades mínimas.

II Garantir o acesso de todos os cidadãos aos serviços necessários à resolução de seus problemas de saúde, em qualquer nível de atenção, diretamente ou mediante o estabelecimento de compromissos entre gestores para o atendimento de referências intermunicipais.

III Realizar parcerias público privadas (PPPs) no intuito de promover o acesso à saúde nos mais variados quadros sociais dos municípios brasileiros, especialmente nos municípios com população inferior a 1 milhão de pessoas.

Assinale a alternativa correta.

- a) São verdadeiras as afirmativas I e II
- b) São verdadeiras as afirmativas I e III
- c) Todas as afirmativas são verdadeiras
- d) São verdadeiras as afirmativas II e III
- e) Todas as afirmativas são falsas

16- De acordo com o exposto na cartilha ABC do SUS, estão entre os princípios que regem a organização do SUS os abaixo apresentados, excetuando-se o exposto na alternativa:

- a) Resolubilidade
- b) Infallibilidade
- c) Descentralização
- d) Participação dos cidadãos
- e) Complementariedade do setor privado

17- Com base no exposto na cartilha O SUS de A a Z, do Ministério da Saúde, avalie as afirmações a seguir sobre a Atenção Básica à Saúde:

I A Atenção Básica à Saúde caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde.

II A Atenção Básica à Saúde é desenvolvida por meio do planejamento de práticas eventuais, não-preventivas, hierarquizadas e sem a participação coletiva; é desenvolvida sob a forma de trabalho de equipe, que deve ser contratada com recursos públicos, posto ser a equipe contratada em regime de urgência entre profissionais da iniciativa privada.

III A Atenção Básica à Saúde orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo, da continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

IV A Atenção Básica à Saúde tem a Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização, de acordo com os preceitos do SUS.

Assinale a alternativa correta.

- a) São verdadeiras todas as afirmativas.
- b) São verdadeiras as afirmativas I, II e III.
- c) São verdadeiras as afirmativas I, II e IV.
- d) São verdadeiras as afirmativas I, III e IV.
- e) São verdadeiras as afirmativas II, III e IV.

18- De acordo com a cartilha O SUS de A a Z, sobre os recursos financeiros do Ministério da Saúde, avalie as afirmativas abaixo:

I Os recursos financeiros do Ministério da Saúde são administrados pelo Fundo Nacional de Saúde.

II Os recursos financeiros do Ministério da Saúde destinam-se a prover despesas correntes de capital do Ministério, seus órgãos e suas entidades.

III Os recursos financeiros do Ministério da Saúde destinam-se a prover financiamentos destinados à melhoria da capacidade instalada de unidades e serviços de saúde do SUS.

IV Os recursos financeiros do Ministério da Saúde destinam-se a prover investimentos previstos no Plano Plurianual do Ministério da Saúde e na Lei Orçamentária Anual.

Assinale a alternativa correta.

- a) Todas as afirmativas são falsas.
- b) São verdadeiras as afirmativas I, II e III.
- c) São verdadeiras as afirmativas II, III e IV.
- d) São verdadeiras as afirmativas I, III e IV.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

19- De acordo com a lei 8080/90, as ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) obedecem a certos princípios. No que diz respeito a eles, assinale a alternativa que traga um princípio INCORRETO.

- a) Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
- b) Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.
- c) Priorização da assistência à saúde à população mais carente.
- d) Integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.
- e) Capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência.

20- A Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS tem como propósitos os seguintes itens, exceto o exposto na alternativa:

- a) Contagiar trabalhadores, gestores e usuários do SUS com os princípios e as diretrizes da humanização.
- b) Fortalecer iniciativas de humanização existentes.
- c) Desenvolver tecnologias relacionais e de compartilhamento das práticas de gestão e de atenção.
- d) Aprimorar, ofertar e divulgar estratégias e metodologias de apoio a mudanças sustentáveis dos modelos de atenção e de gestão.
- e) Ampliar as ofertas da Política Nacional de Humanização aos gestores de saúde, priorizando a atenção básica nos hospitais mais afastados dos centros urbanos.

21- Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), de acordo com a Portaria 2.488, de 21 de Outubro de 2011, foram criados para ampliar a abrangência e o escopo das ações de atenção básica e sua resolubilidade. São características do NASF:

- a) Constituem-se como serviços de livre acesso para atendimento individual ou coletivo.
- b) O NASF 1 deverá ter em cada ocupação, isoladamente, o mínimo de 20 horas e máximo de 80 horas de carga horária semanal.
- c) A equipe do NASF deve ser cadastrada em uma única Unidade de Saúde, preferencialmente localizada dentro do território de atuação das Equipes de Estratégia da Família e/ou de Atenção Básica.
- d) Alternativas b e c estão corretas.

22- O fornecimento de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) baseia-se em uma lista de medicamentos essenciais, considerados básicos e indispensáveis para atender a maioria dos problemas de saúde da população. Para o usuário conseguir o medicamento de forma gratuita nos postos de saúde, ele precisa:

- a) Ter passado em consulta médica, obrigatoriamente, no posto de saúde onde ele vai retirar o medicamento, e que este pertença à lista de medicamentos fornecidos pelo SUS.
- b) Ter a prescrição médica do medicamento em impresso da rede pública de saúde, e o medicamento pertencer à lista de medicamentos fornecidos pelo SUS.
- c) **Apresentar a prescrição médica do medicamento prescrita por qualquer médico, e o medicamento pertencer à lista de medicamentos fornecidos pelo SUS.**
- d) Ter a prescrição médica do medicamento feita por médico da rede pública, e o medicamento pertencer à lista de medicamentos fornecidos pelo SUS.
- e) Apresentar a prescrição médica do medicamento e atestado de pobreza, e o medicamento pertencer à lista de medicamentos fornecidos pelo SUS.

23- Entende-se por saúde do trabalhador um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa a recuperação e a reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho [...]. Lei 8080/90 Na linha do exposto acima, a saúde do trabalhador, abrange, dentre outras atividades:

I Assistência ao trabalhador vítima de acidente de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho;

II Participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde-SUS, em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho;

III Informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e a empresas sobre os riscos de acidente de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional;

IV Participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador, desde que em instituições e empresas públicas. Está INCORRETO apenas o que se afirma em:

- a) II.
- b) II e III.
- c) **III.**
- d) IV.
- e) II, III e IV

24- Considerando o previsto pela lei 8080/90, cabe ao Conselho Nacional de Saúde estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características:

- a) Assistenciais e dos recursos financeiros dos serviços em cada jurisdição administrativa.
- b) Emergenciais e da descentralização dos serviços em cada jurisdição administrativa.
- c) Sanitárias e da organização do poder legislativo em cada jurisdição administrativa.
- d) **Epidemiológicas e da organização dos serviços em cada jurisdição administrativa.**
- e) Organizacionais e da atuação dos serviços em cada jurisdição administrativa.

25- De acordo com a lei 8080/90, compete à direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) os expostos a seguir, EXCETO:

- a) Formar consórcios administrativos intermunicipais.
- b) Participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde (SUS), em articulação com sua direção estadual.
- c) Executar, dentre outros, serviços de vigilância epidemiológica, de vigilância sanitária, e de alimentação e nutrição.
- d) Planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde.
- e) **Instituir o Fundo Nacional de Saúde e distribuir os recursos a quem de direito: empresas estatais que cuidem da saúde, fundações e empresas privadas participantes do SUS.**

26- Segundo previsto pela lei 8080/90, o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser:

- a) Complementar, institucionalizado e compatibilizado.
- b) **Descentralizado, hierarquizado e regionalizado.**
- c) Centralizado, hierarquizado e regionalizado.
- d) Privado, normatizado e coordenado.

e) Suplementar, autônomo e nacional.

27- Trata-se de comissões de âmbito nacional, subordinadas ao Conselho Nacional de Saúde, integradas pelos Ministérios e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil, e que possuem a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Conforme o previsto pela lei 8080/90, estamos falando das comissões:

- a) Conjunturais.
- b) **Intersetoriais.**
- c) Setoriais.
- d) Especiais.
- e) Segmentais

28- Dentre as doenças descritas em O SUS de A a Z e que devem ser notificadas e registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinam), podemos considerar as explicitadas a seguir, EXCETO:

- a) Febre maculosa.
- b) Hanseníase.
- c) **Hipolactasia.**
- d) Poliomielite.
- e) Cólera.

29- De acordo com a cartilha O SUS de A a Z, os recursos financeiros correspondentes às ações de vigilância em saúde agrupam as ações da vigilância:

- a) **Epidemiológica, ambiental e sanitária.**
- b) Epidemiológica e intermediária.
- c) Epidemiológica e ecológica.
- d) Epidemiológica e sistêmica.
- e) Intermediária e sistêmica.

30- Conforme ABC do SUS – Doutrinas e Princípios, são alguns dos princípios que regem a organização do SUS:

I Resolubilidade.

II Descentralização.

III Participação dos cidadãos.

IV Complementariedade do setor privado.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) **I, II, III e IV.**

31- Como previsto em ABC do SUS – Doutrinas e Princípios, os investimentos e o custeio do SUS são feitos com recursos das três esferas de governo federal, estadual e municipal. Quanto aos recursos federais para o SUS, podemos afirmar que provêm:

- a) **Do orçamento da Seguridade Social (que também financia a Previdência Social e a Assistência Social) acrescidos de outros recursos da União, constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada anualmente pelo Congresso Nacional.**
- b) Do Ministério da Saúde (que também financia a Previdência Social e a Assistência Social) acrescidos de outros recursos do Estado, constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada anualmente pela Câmara Municipal.
- c) Da Secretaria Municipal de Saúde (que também controla a Previdência Social e a Assistência Social) acrescidos de outros recursos da União, constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada anualmente pela Assembleia Legislativa.
- d) Do orçamento da Seguridade Social (que também financia a Previdência Social e a Assistência Social) acrescidos de outros recursos da União, constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada anualmente pelo Congresso Nacional.

e) Do orçamento da Seguridade Social (que também financia a Previdência Social e a Assistência Social) acrescidos de outros recursos da União, constantes da Lei de Execução Fiscal, aprovada anualmente pelo Congresso Nacional.

32- De acordo com o previsto em ABC do SUS – Doutrinas e Princípios, podemos afirmar que são as principais responsabilidades dos gestores no nível municipal:

a) Programar, financiar e executar.

b) Programar, executar e avaliar.

c) Integrar, estruturar e executar.

d) Formular, controlar e avaliar.

e) Formular, cooperar e avaliar.

33- De acordo com Humaniza SUS – Política Nacional de Humanização – A Humanização como Eixo Norteador das Práticas de Atenção e Gestão em Todas as Instâncias do SUS (2004), no processo de construção de uma Política de Qualificação do Sistema Único de Saúde (SUS), a Humanização deve ser vista:

a) Não como mais um programa, mas como política capaz de operar transversalmente pela rede SUS.

b) Não como mais uma diretriz, mas como norma capaz de operar verticalmente pela rede SUS.

c) Como programa capaz de sustentar a dimensão burocrática do atendimento à saúde.

d) Como um programa capaz de operar transversalmente pela rede SUS.

e) Como orientação capaz de viabilizar os serviços de saúde.

34- Segundo ABC do SUS – Doutrinas e Princípios, a fim de promover um modelo de atenção integral à saúde, o conceito abrangente de saúde que deve nortear as ações promovidas pelo SUS compreende a incorporação progressiva de ações de:

a) Fiscalização da saúde, definição da saúde, financiamento da saúde.

b) Vigilância da saúde, guarda da saúde, condicionamento da saúde.

c) Promoção da saúde, proteção da saúde e recuperação da saúde.

d) Diagnóstico da saúde, adequação da saúde, proteção da saúde.

e) Gestão da saúde, financiamento da saúde, avaliação da saúde

35- A respeito do Cartão Nacional de Saúde (Cartão SUS), de acordo com O SUS de A a Z, NÃO podemos afirmar o exposto na alternativa:

a) Estabelece um sistema de identificação comum, integrando usuários e profissionais da saúde.

b) Do ponto de vista da atenção à saúde, sua adoção promove a identidade entre usuários e profissional com o Sistema Único de Saúde (SUS).

c) Do ponto de vista da gestão, aprimora o processo de integração dos sistemas de informação em saúde e viabiliza o registro eletrônico de dados e informações, facilitando o processo de gestão (planejamento, acompanhamento e avaliação das ações).

d) Com sua implantação, o usuário do SUS passa a receber um cartão magnético com um número identificador baseado no número do PIS/Pasep.

e) O município deve buscar junto à Secretaria Municipal de Saúde as orientações necessárias à organização e validação dos cadastros, assim como ao desenvolvimento das demais etapas da sua implantação.

36- Segundo Promoção da saúde e intersetorialidade: a experiência da vigilância em saúde do trabalhador na construção de redes, o conceito de “intersetorialidade” inclui:

a) a construção de redes de cooperação entre diversas instituições, sindicatos e organizações não governamentais (ONG) que visam proteger o trabalhador.

b) a participação dos trabalhadores e suas representações como elemento fundamental para a garantia de qualidade técnica e política das ações em saúde do trabalhador.

c) a participação das organizações não governamentais (ONG) como elemento fundamental para a garantia de qualidade técnica e política das ações em saúde do trabalhador.

d) a articulação entre as organizações não governamentais (ONG) com as empresas para o desenvolvimento de estratégias de promoção e vigilância em saúde do trabalhador.

e) a participação das instituições públicas articuladas às empresas como elemento fundamental para o desenvolvimento de estratégias de promoção e vigilância em saúde do trabalhador.

37- Analise as afirmativas a seguir, considerando o previsto pela cartilha Entendendo o SUS.

I Os Estados são os maiores financiadores da saúde pública no país.

II A União é quem formula políticas nacionais, mas a implementação é feita por seus parceiros (estados, municípios, ONGs e iniciativa privada).

III Todos os estados e municípios devem ter conselhos de saúde compostos por representantes dos usuários do SUS, dos prestadores de serviços, dos gestores e dos profissionais de saúde. Os conselhos são fiscais da aplicação dos recursos públicos em saúde.

Está CORRETO o que se afirma em:

A I, apenas.

B I e II, apenas.

C I e III, apenas.

D II e III, apenas.

E I, II e III.

38- Segundo a lei 8142/90, os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) serão alocados como:

I Despesas de custeio e de capital do Município, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta.

II Investimentos previstos em lei orçamentária, de iniciativa do Poder Legislativo e aprovados pelo Congresso Nacional.

III Investimentos previstos no Plano Quinquenal do Ministério da Saúde.

IV Cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Estados e Distrito Federal.

Está CORRETO o que se afirma em:

a) I, II, III e IV.

b) I, II e III, apenas.

c) II e III, apenas.

d) III e IV, apenas.

e) II, III e IV, apenas.

39- Conforme previsto pela Portaria nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006, que divulga o Pacto pela Saúde 2006, o Pacto em Defesa do SUS deve se firmar através de iniciativas que busquem:

I A repolitização da saúde, como um movimento que retoma a Reforma Sanitária Brasileira aproximando-a dos desafios atuais do SUS.

II A Promoção da Cidadania como estratégia de mobilização social tendo a questão da saúde como um direito.

III A garantia de financiamento de acordo com as necessidades do Sistema.

Está CORRETO o que se afirma em:

A I, II e III.

B I, apenas.

C II, apenas.

D III, apenas.

E I e II, apenas

IGUAL 40- De acordo com a lei 8080/90, o Conselho Nacional de Saúde deve estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características:

A epidemiológicas e da organização dos serviços em cada jurisdição administrativa.

B sistêmicas e da atuação dos serviços em cada jurisdição administrativa.

C sanitárias e da organização do poder legislativo em cada jurisdição administrativa.

D endêmicas e dos recursos financeiros dos serviços em cada jurisdição administrativa.

E epidemiológicas e da descentralização dos serviços em cada jurisdição administrativa

41- Considerando a cartilha Entendendo o SUS, assinale “V” para verdadeiro e “F” para falso e, posteriormente, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

() Atendimento de média complexidade tem o objetivo de atender os principais agravos de saúde da população, com procedimentos e atendimento especializados. São serviços como consultas hospitalares

e ambulatoriais, exames e alguns procedimentos cirúrgicos. É constituída por procedimentos Ambulatoriais e hospitalares situados entre a atenção básica e a alta complexidade.

() Atenção básica à saúde é o primeiro nível de atenção à saúde, segundo o modelo adotado pelo SUS. É, preferencialmente, a “porta de entrada” do sistema de saúde. A população tem acesso a especialidades básicas, que são: clínica médica (clínica geral), pediatria, obstetrícia e ginecologia. Estudos demonstram que a atenção básica é capaz de resolver cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde.

() Alta complexidade são procedimentos que envolvem alta tecnologia e/ou alto custo. São exemplos de procedimentos de alta complexidade: traumatologia, cardiologia, terapia renal substitutiva e oncologia. As principais áreas estão organizadas em redes, como as de cirurgias cardíacas e de atenção oncológica.

A V – V – V.

B V – F – V.

C F – F – V.

D F – V – V.

E F – F – F.

42- Analise as afirmativas a seguir, tendo em vista o previsto pela lei 8080/90.

I Os serviços de saúde dos hospitais universitários e de ensino integram-se ao Sistema Único de Saúde-SUS, mediante convênio, preservada a sua autonomia administrativa, em relação ao patrimônio, aos recursos humanos e financeiros, ensino, pesquisa e extensão, dos limites conferidos pelas instituições a que estejam vinculados.

II Os serviços de saúde de sistemas estaduais e municipais de previdência social deverão integrar-se à direção correspondente do Sistema Único de Saúde-SUS, conforme seu âmbito de atuação, bem como quaisquer outros órgãos e serviços de saúde.

III Em tempo de paz e havendo interesse recíproco, os serviços de saúde das Forças Armadas poderão integrar-se ao Sistema Único de Saúde-SUS, conforme se dispuser em convênio que, para esse fim, for firmado.

Está CORRETO o que se afirma em:

a) I, II e III.

b) II e III, apenas.

c) I e III, apenas.

d) III, apenas.

e) II, apenas.

43- De acordo com ABC do SUS – Doutrinas e Princípios, a maior responsabilidade na promoção das ações de saúde para os cidadãos cabe aos(às):

a) Secretarias Estaduais de Saúde.

b) Conselhos Municipais de Saúde.

c) Conselhos Federais de Saúde.

d) Municípios.

e) Estados

44- De acordo com o previsto pela lei 8080/90, compete à direção municipal do SUS o exposto nas alternativas abaixo, EXCETO:

a) Instituir o Fundo Nacional de Saúde e dar as condições para a sua gerência em nível municipal e gerir a parte destinada à saúde do Fundo de Participação dos Municípios, distribuindo os recursos a quem de direito: empresas estatais que cuidem da saúde, fundações e empresas privadas participantes do SUS.

b) Participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde (SUS), em articulação com sua direção estadual.

c) Executar serviços de vigilância epidemiológica, de vigilância sanitária, de alimentação e nutrição, de saneamento básico e de saúde do trabalhador.

d) Planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde.

e) Formar consórcios administrativos intermunicipais.

45- Baseando-se no previsto pela lei 8080/90, no que tange à Gestão Financeira, NÃO podemos afirmar:

a) As autoridades responsáveis pela distribuição da receita efetivamente arrecadada transferirão, mediante solicitação do Estado, ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) os recursos financeiros correspondentes às dotações consignadas no Orçamento da Seguridade Social, a projetos e atividades independentes de estarem no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

b) Na esfera federal, os recursos financeiros, originários do orçamento da Seguridade Social, de outros orçamentos da União, além de outras fontes, serão administrados pelo Ministério da Saúde, através do Fundo Nacional de Saúde.

c) Os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde-SUS serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização dos respectivos conselhos de saúde.

d) O Ministério da Saúde acompanhará através de seu sistema de auditoria a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados a Estados e Municípios; constatada a malversação, desvio ou não aplicação dos recursos, caberá ao Ministério da Saúde aplicar as medidas previstas em lei.

e) Na distribuição dos recursos financeiros da Seguridade Social será observada a mesma proporção da despesa prevista de cada área, do Orçamento da Seguridade social

46- Isso ocorre quando o gestor local do SUS, não dispendo do serviço de que o usuário necessita, encaminha-o para outra localidade que oferece o serviço. Esse encaminhamento e a referência de atenção à saúde são pactuados entre os municípios. Fonte: Entendendo o SUS Na linha do exposto acima, podemos dizer que o sistema público de saúde funciona de forma:

a) Referenciada.

b) Credenciada.

c) Sequenciada.

d) Interligada.

e) Alinhada.

47- Segundo o previsto pela lei 8142/90, analise as afirmativas abaixo e assinale a INCORRETA.

a) A representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

b) A Conferência da Saúde e o Conselho de Saúde são instâncias colegiadas com as quais o Sistema Único de Saúde pode contar em cada esfera do governo.

c) As Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde terão sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovadas pelo respectivo conselho.

d) O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) terão representação no Conselho Nacional de Saúde.

e) A Conferência de Saúde deve se reunir a cada dois anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Judiciário ou, extraordinariamente, pelo Conselho de Saúde.

49- Tendo em vista Portaria nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006, que divulga o Pacto pela Saúde 2006, dentre as prioridades e os objetivos do Pacto pela Vida, podemos considerar:

I Saúde do idoso.

II Promoção da saúde.

III Redução da mortalidade infantil e materna.

IV Controle do câncer de colo de útero e de mama.

Está CORRETO o que se afirma em:

a) I e II, apenas.

b) I e III, apenas.

c) I, II e IV, apenas.

d) II, III e IV, apenas.

e) I, II, III e IV

51- De acordo com a Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006, a respeito da implantação e monitoramento dos Pactos pela Vida e de Gestão, quanto aos pontos concernentes à implantação de tais Pactos, pode-se afirmar:

I Os Termos de Compromisso de Gestão devem ser aprovados nas respectivas Secretarias de Saúde.
II A implantação dos Pactos pela Vida e de Gestão, enseja uma revisão normativa em várias áreas que serão regulamentadas em portarias específicas, pactuadas na CIT.
III Fica definido o Termo de Compromisso de Gestão, Federal, Estadual, do DF e Municipal, como o documento de formalização deste Pacto nas suas dimensões Pela Vida e de Gestão.
Está CORRETO apenas o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III.
- d) II.
- e) I.

54- [...] as ações e serviços de saúde estão organizados [...], de forma a garantir o atendimento integral à população e a evitar a fragmentação das ações em saúde. O acesso à população ocorre preferencialmente pela [...] (atenção básica) e os casos de maior complexidade são encaminhados aos serviços especializados, que podem ser organizados de forma municipal ou regional, dependendo do porte e da demanda do município. Entendendo o SUS (2007) Na linha do destacado acima, tal organização está identifica em:

- a) Redes de Atenção regionalizadas e hierarquizadas.
- b) Grupos de Risco de alta e baixa complexidade.
- c) Escalas de Complexidade de atenção.
- d) Níveis de Risco e de Urgência locais.
- e) Perfis de Atendimento regionais.

55- “Conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, tendo o medicamento como insumo essencial e visando o acesso e o seu uso racional. Este conjunto envolve a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como a sua seleção, programação, aquisição, distribuição, dispensação, garantia da qualidade dos produtos e serviços, acompanhamento e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população.” (BRASIL, 2004) O texto define a:

- A) Assistência Farmacêutica.
- b) Atenção Farmacêutica.
- c) Farmacovigilância.
- d) Política Nacional de Medicamentos.
- e) RENAME

56- O Componente Piso da Atenção Básica Variável – PAB Variável – é constituído por recursos financeiros destinados ao financiamento de estratégias, realizadas no âmbito da Atenção Básica em saúde. As alternativas a seguir são estratégias financiadas no componente variável do PAB, COM EXCEÇÃO de:

- A) Saúde da Família.
- B) Agentes Comunitários de Saúde.
- C) Saúde Bucal.
- D) Incentivo para a Atenção à Saúde no Sistema Penitenciário.
- E) Incentivo para a Atenção Integral à Saúde do Trabalhador.

57- Que instância colegiada atua no controle da execução da política de saúde no Município?

- A) Comissão Municipal de Saúde.
- B) Conferência Municipal de Saúde.
- C) Assembleia Deliberativa de Usuários.
- D) Conselho Municipal de Saúde.
- E) Comitê Gestor de Saúde.

58- Na composição da Conferência de Saúde, a representação dos usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos deve ser de:

- A) 75%
- B) 50%
- C) 25%
- D) 20%
- E) 15%

59- A taxa de mortalidade materna pode ser construída utilizando-se os seguintes Sistemas de Informações em Saúde:

- A) Sistema de Informação de Agravos de Notificação e Sistema de Informações Hospitalares.
- B) Sistema de Informações Ambulatoriais e Sistema de Informação da Atenção Básica.
- C) Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos e Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunização.
- D) Sistema de Informações Hospitalares e Sistema de Informação sobre Mortalidade.
- E) Sistema de Informação sobre Mortalidade e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos.

60- Os recursos federais destinados às ações e aos serviços de saúde são organizados e transferidos na forma de blocos de financiamento. O bloco da Atenção Básica é constituído por dois componentes: Piso da Atenção Básica Fixo – PAB Fixo e Piso da Atenção Básica Variável – PAB Variável. Os valores anuais e mensais da parte fixa do Piso da Atenção Básica (PAB) para cada Município são baseados:

- A) no número de unidades básicas de saúde.
- B) na sua população total.
- C) nas taxas de mortalidade local.
- D) no percentual da população dependente do SUS.
- E) no montante de recursos recolhidos em impostos.

61- O Pacto pela Vida é o compromisso entre os gestores do SUS em torno de prioridades que apresentam impacto sobre a situação de saúde da população brasileira. Entre as prioridades pactuadas está a Saúde do Idoso. O trabalho nesta área deve seguir as seguintes diretrizes, EXCETO:

- A) promoção do envelhecimento ativo e saudável.
- B) atenção integral e integrada à saúde da pessoa idosa.
- C) estímulo às ações intersetoriais, visando à integralidade da atenção.
- D) a implantação de serviços de atenção domiciliar.
- E) o acolhimento exclusivo à pessoa idosa em unidades de saúde.